

**CRIANÇA E INFÂNCIA: PANORAMA HISTÓRICO, ALTERAÇÕES SOFRIDAS E NUANCES**

**Williany Dos Santos Silva[[1]](#footnote-1)**

**Larissa Torres Da Silva[[2]](#footnote-2)**

**Ayslanne De L. Dos Santos De Souza[[3]](#footnote-3)**

**RESUMO**

O presente artigo visa distinguir as alterações sofridas ao longo da história da infância de modo a apresentar como se constituiu a visão atual do conceito infância e como era entendida, retratada, pensada e vivenciada pelas próprias crianças e sociedade de cada época abarcada pelo estudo. Trata-se de um estudo bibliográfico, que visa manifestar o que se resgatou de tempos passados acerca da educação infantil e sua concepção, e de como algumas práticas e entendimentos que circunda universo da infância é perpetuado em dias atuais. Por meio do recorte literário de algumas percepções, estudos, pesquisas e relatos das diferentes épocas apresentada pelo artigo, o estudo está fundamentado na função desempenhada pela criança, discutido por Rocha (2002), a história da infância em Áries (1978) e, a importância do ser criança discutida por Mello (2007). A base metodológica qualitativa do presente trabalho está pautada na análise bibliográfica, originando indagações e distintas conclusões possíveis. A questão que norteia a discussão refere-se a inquietação de: “Como a criança e infância é compreendida na atualidade e a interferência destas concepções na educação da criança? “A exemplo, perpetuação do assistencialismo na educação infantil que está diretamente ligado a revolução industrial e sua maior demanda por pessoas para adentrar ao universo do trabalho, ou ainda, a terceirização das crianças, no século XXI, em detrimento da carreira e omissão dos seus responsáveis diretos.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação infantil. Infância. Assistencialismo.

**1 INTRODUÇÃO**

A infância não é inata ao ser humano. A forma como abordamos atualmente essa etapa da vida passou por construção social e desconstrução ao longo da história da humanidade. No passado, a infância era entendida e definida como a etapa que margeava a vida adulta, visto que muitas crianças não sobreviviam. Nos dias atuais, a mortalidade infantil não se faz tão presente como outrora, e as causas se distinguem, porém, ainda é um fator que provoca discussões e reflexões.

O homem, no decorrer da história, muda o entendimento acerca dessa fase, assim como em modifica também a compreensão sobre outros assuntos. A princípio pouco valorizada pela história humana, a infância não desperta interesse, pois a criança era vista como um sujeito sempre no devir. Não era acolhida em sua amplitude e plenitude, tratamos da perspectiva da criança típica, sem qualquer deficiência e/ou limitação física, motora ou intelectual. A criança da qual tratamos era deixada a margem do convívio social para que, quando tivesse idade suficiente, pudesse atuar produtivamente em seu meio.

[...] A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante. Ela era vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e se tornava útil na economia familiar. Realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, os acompanhava em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade. A duração da infância era reduzida no período mais frágil, enquanto “filhote de homem” não podia cuidar de si sozinha. (ROCHA, 2002).

A compreensão de criança acima abordada se dava pela própria formação corporal e maturação biológica, ela era e é um ser frágil. Tal vulnerabilidade se agrava quando nos recordamos das condições humanas nas questões de higiene e saneamento básico do século XVI, por exemplo. Essas preocupações não eram relevantes a época nem para famílias abastadas, quiçá para plebeus, onde a maior preocupação era sobreviver e a concepção de criança era da manutenção do status quo– nascendo pobre, pobre deve morrer, pois Deus quis assim. Essa forma de controle social se manteve até o surgimento e domínio do capital, que mesmo tendo falhas severas, possibilitou a mudança nesse comportamento.

A visão atual de romantização, naturalização da infância e amor materno foi construído ao longo do tempo. O educador italiano Franco Faboni fala da infância em três fases: infância negada no século XV, infância industrializada no século XVI/XVIII e por fim a infância de direito. Segundo Áries (1978), até o século XV a arte, por exemplo, desconhecia a infância. Quando pintadas, mesmo sem uma denominação específica, as crianças eram representadas como adultos em miniaturas, sem zelo ou esmero devido à alta taxa de mortalidade, um fator agravante para com a possibilidade de compreensão de criança.

Aos sete anos já eram vistas como adulto e seguia para o trabalho ajudar a família, “mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (ÁRIES, 1978, p. 11). Se, caso sobrevivessem, meninos ajudariam o pai e meninas a mãe nos afazeres domésticos. O contexto histórico para cada compreensão de infância determina sua finalidade.

**2 HISTÓRIA DA INFÂNCIA E CRIANÇA**

Faremos alguns destaques da condição da criança e a compreensão de infância para exemplificar a preocupação apresentada no texto. A depender dos costumes de cada região, ao longo da história da humanidade encontramos relatos sobre meninas sendo mortas ou vendidas, já que não ‘serviriam’ para trabalhar na lavoura ou na roça da família. Essa realidade, embora remota em uma perspectiva atual, vez ou outra ainda é relatada na cultura indiana e mesmo na realidade brasileira. Tal feito é comum em determinadas culturas porque o primeiro filho deve ser do sexo masculino como sinônimo de força para sua região, segundo o site (GREENME, 2017).

[...] por que uma bebê nascida no máximo há quatro, cinco horas, estava debaixo da terra? Este seria mais um caso de feticídio feminino, após a descoberta de que a recém-nascida não era do sexo masculino. Os pais se livraram dela em uma prática muito comum nas pequenas comunidades rurais indianas onde, ter uma filha é visto como uma tragédia familiar.

Se tragédias assim ainda ocorrem, como fora em tempos de desamparo e descaso com a infância? Em tempos onde o sentimento afetivo não vigorava e, caso existisse, era destinado a uma parcela burguesa minoritária. O que nos leva as reflexões existentes no vídeo “A invenção da infância”, a superproteção e aparato de poucos, e a negligência da maioria. Na infância industrializada, muda algumas abordagens, educadores e, principalmente, o clero, começam a modificar a visão acerca da fase infantil, embora sejam mudanças lentas.

No século XVI, mesmo que discretamente já vislumbra uma criança que carece de cuidados diferenciados considerando a sua fragilidade. Nessa época, surgem os primeiros modelos de escola, ainda que rústicos, visando à reclusão de jovens e de crianças do mundo adulto e tendo um ‘devido’ preparo para dele fazer parte posteriormente. Neste ponto, traçamos um paralelo com a sociedade atual quando nos referimos as antecipações na vida da criança. No século XVII, a revolução industrial contribui para a formação do conceito de família, havendo duas instituições começando a se afirmar: a casa (e a família moderna) e a indústria, local de trabalho e mantenedor dos recursos que sustentam o ambiente doméstico advindo do trabalho do homem. Essas duas novas ‘aquisições’ do mundo moderno aumentam o zelo e preocupação com a infância e o afeto.

O modelo de escola se amplia e segue padrões rígidos, com o modelo tradicional de educação e segregação do saber. A educação formal era restrita às pessoas de poder aquisitivo mais expressivo, e, em muitos casos, se destinava apenas aos meninos. Aos desafortunados, o suficiente era aprender um ofício para servir a comunidade, vale ressaltar, que não era escolha e sim imposição “para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, mediante a aquisição de conhecimento e experiências práticas” (MENDONÇA, 2012, p. 17).

O paradigma educacional tinha lemas severos, sem proposta pedagógica, não atendia as dimensões humanas. As relações nos processos formais e informais de educação era regida sobre a ótica da punição, vigilância e delação, com crianças sendo expostas a maus tratos, como ato de correção de condutas inapropriadas. Com o passar do tempo, pais repensaram esses modelos educacionais e já se iniciava as pesquisas acerca do universo infantil. John Locke (1978), filósofo inglês e pai da Psicologia, coloca:

[...] Deus nos conferiu apenas as faculdades para que pudéssemos adquirir conhecimento, dentro de certos limites. Contrariando o inatismo, ele afirma que, ao nascermos, somos como uma folha em branco - "tábula rasa" -, diziam os empiristas - que é escrita na medida em que vivemos e temos experiência de mundo.

Nessa concepção, o filósofo vislumbra o universo das experiências e essa perspectiva é colocada por Barbosa (2009) em “Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares”. A educação infantil é estritamente experimento para o melhor desenvolvimento da criança, é o tocar, cheirar, vivenciar. Essa visão de Locke (1978) e, sobretudo, no início dos estudos para essa área, ainda se faz atual, principalmente em tempos de aplicação de provas para crianças de dois anos.

Locke (1978) apresenta, em sua teoria, a necessidade de uma maior atenção para com a infância, essa fase do desenvolvimento, auxilia o entendimento e o conhecimento. O autor fala da necessidade da criação de jogos educativos no processo de motivação e aprendizagem da criança. Assim, as mudanças no conceito de infância possibilitaram a recriação do mundo adulto para os pequenos, e formas mais adequadas de prepará-los para o mundo adultocêntrico, mesmo ainda existindo déficits.

Há alguns anos, diferentes áreas do conhecimento se juntaram para estudos e propiciaram maior dignidade a esta fase do desenvolvimento humano. Pesquisadores, cientistas e outros trabalham na busca de compreender melhor essa etapa por meio de materiais específicos. As didáticas, os produtos e as empresas visam melhorar a qualidade e as condições de vida para a infância.

O mundo adulto buscou compreender o universo infantil, e mesmo não sendo o cenário ideal para muitas crianças, os avanços aconteceram por meio de documentos, em tese, resguardam a infância. Alguns deles por meio da legislação, como o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, lei que visa dar garantias de direito como educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e Constituição Federal também resguardam direitos e deveres para com as crianças. Hoje, as preocupações acerca das infâncias são outras, como: abuso sexual, trabalho infantil, fome, excesso de exposição, ansiedade, *bullying*, abandono de incapaz, negligência parental e estatal.

Se no passado existia a infância de ricos e a infância dos pobres. Atualmente, entre ricos e pobres há um extenso e complexo universo. De um lado, os de vasto poder aquisitivo com agendas de adultos e usufruindo de tudo que o dinheiro pode comprar, exceto a infância. Do outro os desafortunados, tendo que abdicar da infância para trabalhar, ou ainda, os que aproveitam a infância, porém as condições financeiras não possibilitam um desenvolvimento pleno nessa fase.

Temos ainda os que além de terem uma infância reduzida e mal interpretada, vivem com a violência sexual e o trabalho infantil a importunar. Atualmente, “um filho é, acima de tudo, um objeto de consumo emocional” (BAUMAN, 2004, p. 59), os pais contemporâneos depositam em seus filhos uma maior responsabilidade para satisfazer suas próprias necessidades, da qual, por vezes, acaba gerando problemas irreversíveis na vida desse sujeito.

**3 INFÂNCIA NOS DIAS ATUAIS**

Considerando a contemporaneidade e a complexidade que envolve a primeira etapa da vida, é válido afirmar que pensar a infância nos dias atuais envolve inúmeros fatores que afetam os conceitos e estrutura, porém iremos nos deterás questões pertinentes ao quesito educacional. Conforme a sociedade se modifica, a visão de infância também se transforma. Assim, se considerarmos o momento mercantilista em que estamos vivendo, chegaremos à conclusão de que às primeiras etapas da vida também sofrem essa influência. A educação tornou-se mercadoria e as crianças agentes futuros do capital. Ou seja, a infância é vista como investimento. Deste modo, os estudantes estão sendo preparados para o mercado de trabalho, para serem competitivos e melhores. Assim, como apresenta Mello (2007), há um dualismo nas instituições de ensino, mesmo quando essas têm um discurso construtivista, que deveria garantir um desenvolvimento total das crianças em seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais. No cotidiano, são notórios os fragmentos de uma educação envolvida por competição, autoridade centrada no adulto, além de outros aspectos da educação tradicional.

É preciso reconhecer a educação infantil como uma etapa essencial para a formação social das crianças e que o brincar como uma ferramenta que desempenha um papel importante nesse processo. Consoante Vieira (2008), nesta etapa é muito comum a família e escola polarizarem as atitudes das crianças.

Uma conceituação do que estou chamando de polarização é o ato de causar a divisão dos discursos em dois polos completamente opostos. Ela diz respeito às dualidades dos discursos das educadoras, auxiliares e crianças sobre seus saberes e fazeres no cotidiano infantil, como o certo e o errado, o falar e o calar, o aprender e o brincar, o começo e o fim, o bonito e o feio, o bem e o mal, enfim, a existência de dois polos opostos para os discursos.

É um discurso facilmente encontrado nas escolas ou na família, assim, mesmo que inconscientemente as crianças perpetuam a prática de rotular as ações, ideias, e outros, entre o que está errado e certo, o ganhar e perder, falar e calar, bom e mal e tantos outros opostos. Vieira (2008) nos alerta que apesar desses conceitos serem importantes para a aprendizagem, não se pode permitir que venham como um julgamento, assim,

Não se trata de evitar que a criança no processo de ensino-aprendizagem apreenda o que é certo ou errado, o que é bom ou mau, ganhar ou perder, ou qualquer outro conceito que tenha um pólo oposto. Tais conceitos são importantes, fazem parte do desenvolvimento da criança e estão presentes nos eventos que acontecem na sala de aula. O que se deve evitar é deixar que estes conceitos que possuem polos opostos sejam associados a esses eventos através de um julgamento, uma comparação ou uma especulação que traz consigo a exclusão, o preconceito e a intolerância de uma maneira inconsciente e sutil. (VIEIRA, 2008).

É preciso atentar-se ao modo em que é trabalhada a educação infantil. Assim, chegamos ao mediador da aprendizagem escolar, o professor. Os educadores, principalmente da educação infantil recebem um papel de grande significância, mas é minimizado justamente pela falta de reconhecimento da infância enquanto etapa essencial.

No que se refere à importância do ser criança, Mello (2007) elucida a relevância do professor no processo de humanização que realizamos durante toda a vida. Esses profissionais de educação infantil precisam ser formados para atender as especificidades do ser criança, para que assim possam propiciar elementos, situações e ambientes provocadores das descobertas, curiosidade, criatividade e aprendizagem, deste modo, desenvolvendo na prática as totalidades e potencialidades das crianças. Apesar da consciência de que a infância é uma fase definidora para a vida futura, muitos são os fatores que minimizam a sua importância. Essas acabam sendo vistas como algo para o futuro, assim, sendo desconsiderado o agora, com isso, há uma grande cobrança da sociedade e da família em acelerar o desenvolvimento da criança, tudo em visão de algo posterior, da competitividade, do mercado trabalho e qualificações.

[...] conhecer as condições adequadas para a aprendizagem é condição necessária – ainda que não suficiente – para a organização intencional das condições materiais de vida e educação que permitam a apropriação das máximas qualidades humanas por cada criança na Educação Infantil. Isso envolve a formação dos professores e professoras da infância como intelectuais capazes de, ao compreender o papel essencial do processo educativo no processo de humanização, buscar compreender o processo de aprendizagem para organizar vivências na Educação Infantil que sejam intencionalmente provocadoras da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças pequenas: uma educação e um ensino desenvolventes (DAVIDOV, 1988).

O direito de “ser criança” pode ser tomado por diferentes fatores. Dois polos distantes e infelizmente comuns à realidade hoje. Como já anunciado anteriormente, está polarizado. Trata-se de que enquanto algumas crianças deixam de ter infância para trabalhar com a obrigação de ajudar os seus pais, perdendo o sentido de ser criança, e com isso muitas vezes não conseguem frequentar as instituições de ensino; outras têm o brincar da sua infância encurtado, para assim dedicar-se às fases seguintes da educação intelectual, tendo os seus dias repletos de atividades esportivas, aulas de idiomas ou se sobrecarregam com a tecnologia. Vivendo uma rotina preenchida que não condiz com as obrigações da sua faixa etária e cansativa, além da diminuição do contato com os pais, com isso denunciando um curto tempo disponível destes em estar com os filhos. Neste segundo pólo fica fácil perceber o que Mello (2007) aponta quando fala do desejo atual dos pais em acelerar o desenvolvimento intelectual dos seus filhos, com isso, cada vez mais a educação Brasileira oferece situações que se possa realizar esse desejo.

**4 DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA**

No período da infância, fase que ocorre do nascimento até os seis anos, o indivíduo passa por mudanças primordiais. Destacamos a capacidade e possibilidades de desenvolvimento, no entanto, atualmente há um progresso desenfreado que desrespeita atividades essenciais, como o tateio, interação com as outras crianças, o explorar e descobrir, bem como foi exemplificado anteriormente. Estas ações geram na vida destas crianças consequências em seu desenvolvimento, pois como aponta Freire (2009), é nessa fase da vida que aprendemos sobre diversos aspectos essenciais não apenas para esta etapa, mas para toda vida. Por isso é necessário compreender cada etapa do desenvolvimento da criança que passa por esta fase.

Há alguns anos, era tarefa da mãe cuidar da criança, enquanto apenas os pais saíam para trabalhar. Entretanto, com a conquista da mulher por seu espaço na sociedade a cada ano, as mesmas angariam lugares no mercado de trabalho, aumentando significativamente a procura por creches e escolas por todo país, e a expectativa dos pais é que estas crianças, ainda na educação infantil, aprendam a base do conhecimento, ou ainda, que sejam alfabetizados. No entanto, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança não devem acontecer desta forma, pois a Educação Infantil não deve se preocupar com as ações de sistematização da alfabetização. Nela pode haver uma iniciação à a apropriação da Língua Escrita por meio de estímulos à imaginação e curiosidades, de maneira lúdica. Esta deve possuir como finalidade “ensinar as crianças a bem mobilizar aquilo que, na espécie humana, é seu atributo decisivo: a imaginação” (FREIRE, 2009, p. 16). Por isso é crucial que nesta etapa sejam estimuladas a imaginação e criatividade das crianças.

Na Educação Infantil, sobretudo na fase da creche, o educador deve proporcionar às crianças, por meio de experiências, o aprendizado de aspectos que sejam base para seu desenvolvimento (BASSEDAS; HUGGET; SOLÉ, 1999), pois na primeira infância estas não conseguem colocar-se em outro ponto de vista que não o próprio, uma vez que passam pela fase do egocentrismo (PIAGET, 1923). A aprendizagem nesta fase depende das relações que estabelece com outros e com o mundo que a cerca, dado que, o que ela conhece de si e das coisas é insuficiente para estabelecer relações de grupo, e por isso centra objetos em sua própria atividade, em seus interesses (FREIRE, 2009). Como apontam Bassedas; Hugget; Solé (1999), quando um bebê de quatro meses realiza a ação de segurar um objeto, aplica o ‘esquema de ação’ (que pode ser definido como aquilo que o indivíduo sabe fazer naquele momento com os objetos) e conforme ele vai tateando o objeto, esses esquemas vão se ampliando até que chegue às ações mais complexas. Ou seja, à medida que ele vai experimentando o objeto vai aprendendo sobre ele, a partir de conclusões que toma com base em suas experiências e análises.

Desta forma, entende-se a importância da exploração e experimentação das crianças sobre os objetos, visto que podem possibilitar o conhecimento do mundo (Bassedas; Hugget; Solé 1999). É necessário ressaltar uma questão importante na contemporaneidade, pode ser percebido que atualmente os pais depositam uma expectativa exacerbada em seus filhos (Bassedas; Hugget; Solé, 1999, p. 28). Desejam que seus filhos desenvolvam determinados movimentos ou aprendam determinadas questões que ainda, a depender da fase maturacional, não é possível, em certos períodos. Quando não acontece da maneira como esperam, acreditam que pode haver alguma anormalidade; porém é preciso lembrar que se deve possibilitar às crianças experiências, para que se desenvolvam, e, além disso, que cada uma possui o seu tempo, assim, mesmo que se façam suposições de etapas para determinadas aprendizagens, é possível que as crianças destoem dos padrões estabelecidos.

Além da aprendizagem por meio de experiências com objetos, as crianças aprendem também com as situações, que também possibilitam a elas, formar esquemas que irão auxiliá-las ao saber que para certa ocasião, é possível que haja determinado resultado. Em razão disso, situações rotineiras ou até mesmo esporádicas, proporcionam o aprendizado sobre previsões para momentos futuros (BASSEDAS; HUGGET; SOLÉ, 1999).

Considerando as formas de aprendizagem apresentadas, e que “o ser humano é uma entidade que não basta por si. Parte do que ele precisa para viver não está nele, mas no mundo fora dele” (FREIRE, 2009, p. 19), é possível entender a necessidade que possui uma criança de ter um mediar – seja ele um adulto ou uma pessoa mais capaz –, para lhe proporcionar subsídios para seu desenvolvimento e aprendizagem. Consoante Bassedas; Hugget; Solé, (1999, p. 28)

Os momentos em que o adulto permite que a criança participe das situações ou a convida para participar, sabendo que será capaz de obter sucesso com a sua atuação, servem para estimular o desenvolvimento do menino ou da menina. Desta forma, a pessoa adulta está atuando na zona de desenvolvimento potencial da criança oferecendo-lhe um contexto compartilhado, no qual ela possa fazer coisas sozinha que lhe permitam avançar nas suas capacidades, partindo daquilo que já sabe.

Como apresentam as autoras, essa interação propicia às crianças aprendam e se desenvolvam em suas capacidades. Logo entendemos a importância da participação e intermédio do adulto nos diferentes tipos de aprendizagem para o desenvolvimento dos indivíduos nesta fase. Por fim, os estudos e aprofundamentos acerca da história da infância, seu desenvolvimento e contextos atuais visou identificar as nuances dessa fase primeira da vida. Buscou refletir sobre as mudanças ocorridas em cada época e se, para nossa sociedade atual, isso possibilitou realmente um avanço. É necessário avaliarmos, quais foram esses avanços, e as estagnações e o que, daqui para frente, precisamos nos ater para sanarmos questões que visem uma melhor dignidade a todas as crianças, e não somente as que desfrutam de uma situação econômica vantajosa.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desta produção, destacamos as transformações e mudanças que ocorreram ao longo dos anos no que se referem aos conceitos de criança e infância, porém percebe-se que algumas ações e comportamentos se perpetuam com base nos padrões anteriores. Esse traçado histórico desvela como cada época entendeu a infância e nos mostra a trajetória dessas concepções para uma melhor compreensão da nossa forma atual de lidar com esses dois conceitos, além dos ganhos e retrocessos acerca da temática.

O estudo se deu para que puséssemos sanar inquietações pessoais diante desta temática, e, possibilitou a visualização das nuances sofridas pela mesma. Tendo a criança, os direitos e resguardos legais, além de exercerem uma função social como qualquer outro cidadão, no que abrange nossa atual época. Foi possível descobrir os ganhos adquiridos, como o direito a educação e saúde, mesmo essa realidade não abrangendo a todos e todas.

Ademais, foi possível identificarmos como as conquistas de cada época se desenrolaram até o século XXI e nos possibilita um vislumbre maior acerca desses ganhos, e o quanto precisamos avançar na busca do aprimoramento do mesmo. Nossa preocupação atual visa lidar com as crianças deste século, que em por muito tempo, tentamos enquadra-la com costumes que não mais as representam. Precisamos lidar com problemas da contemporaneidade e a garantia dos direitos básicos para todas, e não para a minoria.

**REFERÊNCIA**

Anonymous. *A invenção da infância*. 2015. (25m56s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c0L82N1C7AQ>. Acesso em: 12 set. 2018.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na educação infantil:**bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC, SEB. 2009.

BASSEDAS, E.; HUGGET, T.; SOLÉ, I. Desenvolvimento e aprendizagem na etapa de 0 a 6 anos. In: BASSEDAS, E.; HUGGET, T.; SOLÉ, I**. Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BAUMAN, Z. **Amor líquido.** Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **DCN para a Educação Infantil**. Parecer CEB 01/1999, aprovado em 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmera dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL ESCOLA. *A construção histórica do sentimento de infância*. [s.i.]. Disponível em: <http://brasilesco.la/m14142 >. Acesso em: 12 set. 18.

FINCO, Daniela; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Creches e pré-escolas em busca de pedagogias descolonizadoras que afirmem as diferenças. In: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel. (Orgs.) **Educação infantil e diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2013, Cap. 5, p, 109-124.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. 5ª edição. São Paulo: Scipione, 2009.

GALVÃO, I. **Cenas do cotidiano escolar:** conflito sim, violência não. Petrópolis: Vozes, 2004.

GREENME. *O drama das bebês indianas enterradas vivas porque nasceram meninas*. 2017. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/viver/costume-e-sociedade/5329-meninas-indianas-enterradas-vivas>. Acesso em: 02 out. 2018.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELLO, S. A. Infância e Humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, 2007.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá: UNICESUMAR, 2013.

NIEHUES, Mariane Rocha; COSTA, Marli de Oliveira. Concepções de infância ao longo da história. *Técnico Científica*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 284-289, 2012.

OLIVEIRA, Emanuelle. *Conceito de infância*. [s.i.]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/conceito-de-infancia/>. Acesso em: 12 set. 18.

PIAGET, Jean. La penséesymbolique et lapensée de l'enfant. *Archives de Psychologie,* Genebra, v.18, n. 72, p. 273-304, 1923.

VIEIRA, A. M. As vozes no contexto infantil: a polarização em destaque. *Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 31-52, 2008.

1. Centro de Educação – Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em Pedagogia. Bolsista – Residência Pedagógica. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: willianny.santos82@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Centro de Educação – Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em Pedagogia. Bolsista – Residência Pedagógica. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: Larissa.trres@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Centro de Educação – Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em Pedagogia. Bolsista – Residência Pedagógica. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ayslannesouza@hotmail.com [↑](#footnote-ref-3)